

# Teatro do Sacramento



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Reitora* Suely Vilela  
*Vice-reitor* Franco Maria Lajolo



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Diretor-presidente* Plínio Martins Filho  
COMISSÃO EDITORIAL  
*Presidente* José Mindlin  
*Vice-presidente* Carlos Alberto Barbosa Dantas  
Adolpho José Melfi  
Benjamin Abdala Júnior  
Maria Arminda do Nascimento Arruda  
Nélio Marco Vincenzo Bizzo  
Ricardo Toledo Silva  
*Diretora Editorial* Silvana Biral  
*Editoras-assistentes* Marilena Vizentin  
Carla Fernanda Fontana



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor  
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade  
FERNANDO FERREIRA COSTA



Conselho Editorial  
Presidente  
PAULO FRANCHETTI  
ALCIR PÉCORÁ – ARLEY RAMOS MORENO  
EDUARDO DELGADO ASSAD – JOSÉ A. R. GONTIJO  
JOSÉ ROBERTO ZAN – MARCELO KNOBEL  
SEDI HIRANO – YARO BURIAN JUNIOR

ALCIR PÉCORA

# Teatro do Sacramento

A UNIDADE TEOLÓGICO-RETÓRICO-POLÍTICA  
DOS SERMÕES DE ANTONIO VIEIRA

EDITORIA  
UNICAMP

edusp

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

---

P339t Pécora, Alcir, 1954-  
Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio  
Vieira / Alcir Pécora. – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP:  
Editora da USP, 2008.

1. Vieira, Antonio, 1608-1697 — Crítica e interpretação. 2. Literatura portu-  
guesa – Séc. XVII – História e crítica. 3. Igreja Católica – Sermões. I. Título.

ISBN 978-85-268-0811-9 (Editora da UNICAMP)

CDD 869.09

ISBN 978-85-314-1125-0 (EDUSP)

252

---

Índices para catálogo sistemático:

- |   |        |
|---|--------|
| 1. Literatura portuguesa – Séc. XVII – História e crítica | 869.09 |
| 2. Igreja Católica – Sermões                              | 252    |

Copyright © by Alcir Pécora  
Copyright © 2008 by Editora da UNICAMP

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada  
em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos  
ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora da UNICAMP  
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus UNICAMP  
Caixa Postal 6074 – Barão Geraldo  
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil  
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728  
[www.editora.unicamp.br](http://www.editora.unicamp.br) – [vendas@editora.unicamp.br](mailto:vendas@editora.unicamp.br)

EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo  
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374  
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária  
05508-010 – São Paulo – SP – Brasil  
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150  
SAC (11) 3091-2911 – Fax (11) 3091-4151  
[www.edusp.com.br](http://www.edusp.com.br) – e-mail: [edusp@usp.br](mailto:edusp@usp.br)

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	6
Nota à segunda edição.....	7
Prefácio .....	9
Introdução.....	31
1. 4 <sup>o</sup> De uma Trindade Perfeita.....	61
2. Razão do Mistério.....	101
3. Oficina Universal, Armazém Divino .....	129
4. Compêndio de Maravilhas .....	169
5. O Reino do Vice-Cristo.....	207
6. Considerações Finais .....	253
Bibliografia.....	263

## AGRADECIMENTOS

João Luiz Machado Lafetá, João Adolfo Hansen, Haqira Osakabe; Adélia B. de Menezes, Maria Helena N. Garcez, João A. Barbosa; Eduardo Lourenço, Francisco F. Hardman, Alfredo Bosi; Celso e Eliana Queirós; Archângelo e Paulo Franchetti; Alexandre Eulalio, Michel Lahud; CNPq, FAEP-UNICAMP; Nico Pécora, Isaurinha Bernárdez; Gláucia Mollo, André Ramone, Mick Compechao, Lui-Lui — “il est naturel de rendre autant que l'on a pris”.

## NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

*Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira* foi acabado na manhã nublada do dia 4 de outubro de 1989, como registrei o caso, entre entorpecido e aliviado, na última página do original, sofrivelmente datilografado. Após exatos seis meses de espera na Secretaria da Administração da FFLCH-USP para encontrar sala livre para o ato, já tanto proliferavam os doutores naqueles tempos, o calhamaço foi finalmente defendido, em abril de 90, como tese de doutoramento, na área de Teoria Literária, sob a orientação do saudoso professor, colega e amigo João Lafetá. Como livro, o material foi publicado já meio defunto, cinco anos depois, em dezembro de 1994, por instâncias do mesmo Lafetá junto a João Alexandre Barbosa, então diretor da EDUSP. Se a vaidade não me deixou impedir um e outro João de publicar a tese, a preguiça (se não o desdém, vaidade dobrada) bastou para me impedir de mexer numa vírgula do original, de modo a transformá-la em livro mais palatável e urbano. O mesmo ocorreu agora, quando Paulo Franchetti, querido colega e amigo, aditiva rara de declarar-se em nosso meio naturalmente inóspito, resolveu ressuscitar o defunto, quase 19 anos depois de encerrado em seu sarcófago de papel, com o artifício de celebrar os 400 anos de nascimento de Vieira. Neste momento, porém, já não sei se é a vaidade que o permite, ou o agulhão do escrúpulo a exigir expiação do pecado anterior, deixando à luz do tempo a evidência transparente dos seus defeitos originais.

*Alcir Pécora*

Barão Geraldo, abril de 2008



## PREFÁCIO

João Adolfo Hansen

*Ir a Jerusalém caminhando para Emaús.*

PARA DEMONSTRAÇÃO E INTELIGÊNCIA HISTÓRICAS do sermão sacro de Antonio Vieira, *Teatro do Sacramento* entende a oratória jesuítica portuguesa do século XVII como teatralização retórica da teologia política que, nas versões contra-reformadas do poder absolutista, funda-se na oposição complementar de *finito/infinito*. Catolicamente, a oposição define a natureza da monarquia portuguesa do século XVII como o resultado histórico da transferência voluntária do poder das ordens do reino para a potência de um só: como diria Kantorowicz, é monarquia mística organizada sobre bases reacionais. Em sua doutrina, a abdicação do poder por parte do corpo político é quase total, sendo interpretada como a *largitio* ou a *quasi alienatio* suareziana: como um único corpo místico de vontades unificadas, a vontade coletiva subordina-se no *pactum subjectionis*, que funda a hierarquia natural dos privilégios e a sacralidade da *persona mystica* ou *ficta* do rei, dotando-se o poder temporal dos atributos sagrados da transcendência da qual o papa é o vigário ou Vice-Cristo. Perpétua e imortal como *plenitudo potestatis* para além da seqüência temporal das *personae personales* dos homens-reis, *Majestas regia nunquam moritur*, a majestade régia nunca morre, como escreve Baldo. O esquema cristológico da dupla natureza do rei é fundamental, demonstra Alcir Pécora, para o entendimento histórico da prática oratória de Vieira. Assim como Cristo é, em sua humanidade, *instrumentum divinitatis*, como reza a *Summa*

*Theologica*, também o rei é a figura, como *persona ficta*, da pessoa pública soberana em que se alienou o poder da comunidade. Por isso, no fim de Sebastião nas areias de África; na ressurreição não ocorrida de João, o Restaurador; na loucura de Afonso; no casamento de Pedro com a cunhada estavam as pessoas dos homens-reis, pecadores e mortais; acima deles e neles, continuidade ininterrupta, o absoluto da Pessoa Real. Forma sagrada da República, a *persona mystica* do rei se diz *a legibus soluta*, livre das leis, dando-se a ver espetacularmente como razão de Estado nas práticas seiscentistas de representação e nos conflitos de interesses de ordens e grupos de ordens que as atravessam. Por entender os sermões de Vieira como o *theatrum sacrum* da figuração dual de mistérios teológico-políticos da fé em que não há dualismo, pois a representação é católica, Alcir os compõe como uma cenografia em que, por alegoria e por anamorfose, a *actio* oratória do Padre dramatiza os fins últimos do Estado português. Contra Lutero, que afirma o direito divino dos reis como controle da desordem irremediável da falta de Luz em que o Pecado lançou as ovelhas; contra Maquiavel, que abole a lei natural e as virtudes dela derivadas em favor da *virtù* da raposa e do leão, o imaginário infinitista de Vieira dramatiza-se como retórica participada na metafísica neo-escolástica da Luz difusa, emoldurando-se com os arquétipos do direito natural que fundam a história como história sacra. Assim, *devotio moderna*, sua prática oratória é propaganda da integração harmoniosa das ordens do reino, propondo ao leão e à raposa que sejam caridosos e às ovelhas, pacientes. Figurando com política ortodoxia a legalidade das leis positivas do reino, demonstrando que são um reflexo proporcionado e justo da lei natural, confirmando sua legitimidade na decisão de questões contemporâneas, qual um Hermes da hermenêutica, Vieira faz-se emissário da Luz Eterna de que Roma é depositária no *omnia possum et ita volo* dos pontífices.

Logo, ao discutir a qualidade retórico-teológica da analogia de proporção, de atribuição e de proporcionalidade matematizada como conceito engenhoso pelo Padre nos sermões, Alcir não autonomiza a retórica como “estética” ou “estilística” anacrônicas, pois demonstra que a fala do sermão é construída como intervalo temporal alegórico em que a significação e o sentido dos eventos do seu presente são interpretados com os conceitos predicáveis onde se revela o Sentido da Coisa transcendente que, repetida na diferença temporal, fundamenta a naturalidade do Estado e suas hierarquias. Exemplos de ação virtuosa realizada por varões ilustres no passado, os conceitos predicáveis bíblicos refiguram a política perfeição doutrinada por Santo Tomás e, pós-figurando no tempo a *auctoritas* do Ditado como *topoi* teológico-políticos, também prefiguram o que há de vir.

Na cena oratória, hipotipose, a multiplicidade ilimitada das espécies dos efeitos discursivos que tratam das matérias do Reino português anterior e posterior à Restauração dos anos de 1640 é, portanto, ornato da Identidade do imaginário infinitista: signos e efeitos, as espécies refletem o Um da sua Coisa e Causa Primeira universal, impressa nelas como o caráter da Trindade. Logo, domina absolutamente em Vieira o conceito de Ordem da Razão divina, que se rebate espelhada, analogada, sistêmica e imperial, em outras ordens — retórica, ética, política, teológica — capturando vulgaridades e inverossimilhanças, desvios e ilegalismos, corrupções do bem comum e monstros na maravilha estupefaciente da agudeza de seus efeitos. Passando pelo arco do triunfo do cílio admirador, como escreve Tesouro, revelam no sermão a secreta Providência da sua Luz, que se difunde em palavras e obras como sacramento do futuro.

Produzidos por Vieira como interpretação tipológica da história de Portugal, os sermões deliberativos e epidícticos reativam a hermenêutica bíblica de Doutores da Patrística e da Escolástica. Estabelecem especularidade histórica entre dois eventos distanciados no tempo, compondo-os como signos na ordem da história porque os entendem como signos na ordem da revelação. Aplicando a interpretação às matérias mundanas do seu tempo e nelas rastreando as sombras, os vestígios e as imagens da Palavra como a prefiguração e a pós-figuração proféticas da finalidade transcendente do reino guiado por um “príncipe fatal”, Vieira busca nos casos retóricos o sentido literal, o alegórico, o tropológico e o anagógico, distribuindo-os em feixes de significações adequadas à ocasião, segundo as três virtudes teológicas: alegoria e Fé, tropologia e Caridade, anagoge e Esperança. Para tanto, trabalha sempre com a correspondência dos Dois Testamentos, entendendo-a como unificação mística em que o Novo está oculto (*latet*) na história, enquanto o Velho está descoberto (*patet*) no Novo. Na enunciação do seu ponto de vista — que já em idade tão verde, na *Carta Anua* de 1626, quando da invasão holandesa da Bahia, dava mostras do engenho tão maduro que se aguçaria sempre até 1697, nos vários sucessos e fracassos de uma existência numerosíssima — encena-se o ponto fixo de uma voz prudente, iluminada pelo Verbo no aconselhamento da felicidade da pátria, conforme um duplo movimento, retrospectivo e prospectivo. Como prospecção, demonstra Alcir, a vida luso-brasileira contemporânea que Vieira interpreta com profecia prefigura temporalmente o Quinto Império e, após o Juízo, a existência plena da humanidade redimida no Além; como retrospectão, é o Eterno que dá sentido próprio para a vida terrena figurada. Na sua voz, produzida como a mediação ou a representação em que prospecção e retrospectão se

interceptam, os eventos contemporâneos são as espécies de efeitos finitos que, pós-figurando o futuro do reino como algo acabado desde sempre na Eternidade, simultaneamente o prefiguram no tempo, enquanto avançam misteriosamente para ele: *umbra futurorum*, sombra dos futuros, o que se passa em Portugal e em suas conquistas revela progressivamente — com Luz não-iluminista, que é a do progresso da alma rumo à Causa Final — a consumação do Eterno no tempo. Aqui-agora, a profecia já está cumprida. Logo, preenchendo verossimilmente a distância infinita que a alegoria compõe no sermão, as metáforas da sua racionalidade engenhosa figuram efeitos sensíveis de afetos prescritos para a ocasião, a posição e o caso. Vieira sabe, com os venezianos, que *degli effetti nascono gli affeti*. E que artifício é o seu para produzi-los naturais! Figuram o *sacramentum futuri*, o sacramento do futuro, que é a dominante dos sermões: esta é a tese nuclear do trabalho de Alcir Pécora.

Nos decoros aplicados para comover e mover o corpo político, revela Vieira a eficácia do Eficiente, portanto, como o sentido próprio do Ditado que faz o mundo ser e desejar o Ser, de modo indicativo, imperativo e optativo. Com fineza, Alcir demonstra que, na ilimitada ficção do intervalo alegórico, Vieira vai *indicativamente* da parte para o todo, produzindo o Estado português como um único corpo místico de vontades subordinadas ao Um, e que para isso liga cada súdito à hierarquia natural de sua ordem, cada ordem à submissão ao Rei Esperado, o rei à virtude católica e ao bem comum da razão de Estado, o Estado à naturalidade eficazmente atual da Razão do Verbo Eterno. Na ilimitada combinatória infinitista da ficção, também vem Vieira *imperativamente* do todo para a parte, e para isso compõe o artifício do Estado como naturalidade eficientemente potencial da Razão do Verbo Eterno, sagra a *persona mystica* do rei como o modelo sacramental das emulações consagradas de pragmáticas e precedências, demonstra às ordens que o privilégio de ministros ou porteiros de palácio é só empréstimo de validos com mais paço e menos passos, conjuga como vaidade e sonho na Luz do Verbo Eterno a pretensão de autonomia dos súditos, pois “não é nascido quem quer”. *Optativamente*, portanto, Vieira funde na cenografia do sermão o atual da razão indicativa com o potencial da razão imperativa: o Estado português é já-agora-aqui o que será, pois seu ser deriva do futuro que, já sendo, faz do presente o dever-ser de uma natureza artificialmente perfectível sempre, que a profecia revela e expande com caridade hierárquica para todas as ordens do reino. Como racionalidade imperativa de persuasão das vontades, o sermão dramatiza a racionalidade indicativa das instituições portuguesas, evidenciando-as como fundadas de direito na lei natural da Luz

Eterna que aconselha o livre-arbítrio do súdito. Como teatro contra-reformado da *ratio agibilium* e *ratio factibilium*, razão dos agíveis e dos factíveis, a unidade retórico-teológico-política da prática de Vieira evidencia-se magnificamente demonstrada no livro de Alcir Pécora, evidenciando-se também, com a demonstração, que, se as obras sempre se parecem com seu autor, esta que se vai ler é excelente.

Da parte para o todo e do todo para as partes: em Vieira, como em outros seiscentistas ibéricos e italianos, a representação é infinita; logo, em cada caso, os conceitos do sermão rebatem-se tabularmente, pois são metáforas da Metáfora. Figuram o ponto fixo da prudência já atualizada no passado e que de novo penetra o tempo no juízo eticamente agudo do Padre, ensinando que não está a felicidade em viver, senão em saber viver; e que nem vive mais o que mais vive, senão o que melhor vive, porque não mede o tempo à vida, senão o seu emprego. Preenchem a diacronia como anatomia de sucessos contemporâneos, sacralizando-os politicamente no ato do juízo com a majestade soberana da razão de Estado, que os hierarquiza com secreto arbítrio na condução segura do navio da República por mares de sedição e precipícios de tirania. Investe teologicamente as metáforas causas segundas do Mistério escuríssimo da Luz, que nelas traça com desenho racional seus hieróglifos de enigmática decifração. Circularmente, os conceitos inventam a falta de visão de cegos e a luz de espelhos de cegos, os desvalimentos do favor e a doação dos privilégios, a falta de forma e a presença universal do Bem que a determina como danação ou glória. Despertador de cortesãos e plebeus, guia de pecadores e salvação de contritos, o sermão de Vieira demonstra que da instituição ninguém sai.

Portanto, toda diferença faz semelhança, toda semelhança é proporção, toda proporção faz participação e toda participação é Providência, que age amorosamente na diversa natureza e nas diferentes histórias anteriores à do Quinto Império por vir, orientando-as a todas como causalidades segundas e já reveladas da redenção prometida dos fins últimos donde recebem o ser. É mister saber que a grã mais fina da púrpura toda se converte em cinza no mais breve espaço de tempo; assim é a vida, e os impérios. Tudo é aviso e advertência: embora mortais e finitas, pois corrompidas do Pecado, a história e a natureza são felizmente perfectíveis também pela arte oratória, porque caridosamente participantes no Ser. No sermão, iluminam-se difusas no roxo e exéquias de afetos patéticos e concertativos que figuram o horror da corrupção da carne. A morte-arauto da Causa Final anuncia-lhes na atribuição da anamnese e na contrição da ascese a atualidade da Luz da Graça. Na *ars moriendi* do sermão, a Graça redime o corpo que se inte-

gra politicamente com obediência e obras, e é Graça ainda mais digna de crer porque se é predestinado português, católico contra-reformado da Companhia de Jesus, inflado de furor catequético, desejante de martírio e amante do amargor do soberano nome de Maria: há esperança sempre, porque a Luz é mar para o areal do pecado comum. A palavra do Padre, instituída *ab aeterno*, é mediação consagrada pelos Santos Ritos para fazer crescer veementissimamente a fé com a humildade da aceitação dos sacramentos em suas espécies visíveis. Todo superlativo do sal de sua palavra é sempre curto para significar a infinitude de tamanho Bem, pois *vidimus nunc per aenygmatem, ut in speculo*. Vemos agora por enigma, como num espelho. Eis aí também uma razão da agudeza, da pompa e do luxo discursivos da prática de Vieira, como Alcir mostra excelentemente: metáfora, a agudeza dos sermões é espelho de proporção que aproxima análogos distanciadísimos para neles demonstrar o comum reflexo da Luz em toda dessemelhança das imagens; no luxo, também no discursivo, a Igreja e o Estado repõem a autoridade natural da hierarquia abalada por Lutero quando recusou o ritual visível; e na pompa se entrevê o absoluto do poder do Bem. Depois do fim, na eternidade que já começa aqui-agora, neste prefácio, veremos diretamente sem mediação da representação, afirmam. Como o intelecto angélico vê, confirmam. Então estaremos todos nus e aunados na Causa, reconfirmam. Então.

Aqui-agora, por enquanto, no durante desse geral desconcerto do grande teatro do mundo onde o sonho diverte a prudência e a simulação maquiavélica vai enganando a todos, desesperando a muitos e perdendo a tantos, a Potência absoluta se divide e se estilhaça nos desencontros da aparência, e há-de e deve haver desenho no discurso, assim como há-de e deve haver ordem nas obras para as uniões místicas. Só são obtidas com o desengano da vaidade e os desfalecimentos da fama, posto que Razão Universal existe para o conselho da virtude: *nunc*, quer dizer, *agora*, e sempre. No palco desdobrado ao infinito, todos deveriam empenhar-se no desempenho pleno de amorosa emulação da Figura, que já veio, *per aenygmatem*, por enigma, e que por isso, vindo continuamente em tudo que acontece na diversa natureza e na industriosa história, há-de vir outra vez, confirmada na voz do Padre, num tempo final que não será vez, pois não será tempo, nem continuidade, nem enigma, nem espelho. Por enquanto, *ut in speculo*, a Figura aparece encoberta nas formas misteriosas das figuras de um futuro que a autoridade do Padre contra-regra encena em suas espécies sacramentais visíveis, atualizando-a como revelação que a caridade sempre deseja e espera para espantar, comover e capturar os ouvidos de ver e os olhos de ouvir.

Nas trocas consubstanciais de criado e incriado, no Portugal dos sermões tudo é conflito e divisão, contudo, como Alcir mais de uma vez demonstra. Sua consideração deveria impedir o monolitismo das versões costumeiras sobre o século XVII luso-brasileiro: não há unidade *dada* da Fé, mas conflitos intermináveis de jesuítas, dominicanos, oratorianos, clero secular, cristãos-novos, Cúria romana, Coroa, aristocracia da terra, nobreza mercante dos que, tendo mão de agarrar, como no verso atribuído a Gregório, ligeiro trepam, ralé murmuradora, cortesãos maquiavélicos falsados e refalsados, aristocratas aliados de jesuítas e inimigos de jesuítas aliados a aristocratas: conflitos de representações, conflitos da representação, conflitos na representação, basta que se lembre o “Sermão da Sexagésima” e seu juízo negativo da oratória “cultu”. Não há também “o Barroco” ou a unidade *dada* de um estilo ou de uma mentalidade produzidos neokantianamente muito depois, mas retóricas múltiplas, casuísmos infundáveis que disputam o monopólio do discurso verdadeiro, pretendendo todas a exclusividade da fundamentação da Potência Soberana. Em todos os casos, como fica evidente em *Teatro do Sacramento*, a Companhia de Jesus insistirá na Potência do Estado modelada à semelhança da Potência do Padre Eterno.

Incluindo tais circunstâncias como mediações de sua análise, Pécora demonstra magnificamente que, sendo *theatrum sacrum*, o sermão de Vieira é teatro doutrinariamente ortodoxo porque é teatro politicamente prático quando dramatiza os atos do entendimento, da memória e da vontade do Ditado. Nele, a ordem do conceito engenhoso que figura a anamnese e a ascese do Bem é sempre a do conceito político e teológico de ordem, pois Vieira sabe, com Bellarmino, De Soto e Suárez, que peca contra a eterna Lei de Deus quem se desvia da lei positiva do Reino, reflexo da lei natural da Graça. Logo, o *theatrum sacrum* é também teatro hierárquico, imperial máquina de guerra que captura com os arquétipos do direito natural, tritura com os conceitos predicáveis e refina com as agudezas dos conceitos as ocasiões e as matérias do livre-arbítrio dos atores, dirigindo-as para o fim sabido antes mesmo de que a peça começasse: *futuro do pretérito*. Logo, o *theatrum sacrum* é também teatro discreto, encenação retórica da *synderesis*, em que a prudência conselheira do engenho explicita a Lei no estilo, duplicando as dobras da sua metáfora em outras metáforas replicadas, *circumscriptio*, complicando-as com perspicácia e versatilidade nos sucessos contemporâneos para ouvidos que saibam e queiram ver com a visão beatífica da boa nova.

A visão de Vieira é, física e intelectualmente, *teoria* da *unio mystica*, demonstra Alcir: rearticula motivos neoplatônicos e agostinianos que são

o sentido próprio com que assinala as marcas da Coisa invisível disseminadas na criação. Os decoros dos estilos de Vieira evidenciam, pois, fundando-se na incompreensibilidade da grandeza do divino, a ponderação criteriosamente ética do seu juízo, que distingue a atualidade onipresente da unidade de Deus nas ocasiões de seu desempenho oratório como adequação hierárquica. Unidade produzida de integração prática, o sermão é um teatro retórico que é um teatro teológico-político: *teatro do Sacramento*.

Teológico: suas ações só se concebem como análogos diferidos, causas segundas da Causa Primeira promotora da sua significação e sentido providencialistas, que misteriosamente as enuncia como natureza profética na Escritura e escritura enigmática na natureza, confirmando-as futuras no presente, como perfectibilidade alcançável pelas semelhanças do tempo português, que são suas causas instrumentais.

Político: suas ações só se concebem escalonadas segundo o eixo natural e racional da hierarquia, que as exige como harmônica e concordada paz da amizade das partes pelo todo, aristotelismo que Vieira recicla via Sêneca e Tácito na definição do Estado como *pactum subjectionis* suareziano, amoroso corpo místico da união de vontades subordinadas ao Rei-Ungido. Nos ecos do nome de Tubal, Luso e Nuno; nas línguas travadas de bugres da Amazônia; nos círculos do O; nas trovas do Bandarra; nas chaves dos Profetas; na cabala cristã de Cornélio Agrippa; na egiptologia de Athanasius Kircher; nos hieróglifos de vária natureza com que está a acenar a Presença, a guerra, a fome, a conspiração, o cometa, e tanto monstro — em tudo lê Vieira a razão peregrina da Causa, Providência que envia o rei.

Retórico: sua ação só se concebe nos dois sentidos do verbo *especular*, como memória que *espelha* elencos de casos exemplares da Escritura e dos eventos pátrios, numa invenção e disposição decorosas, porque autorizadas, que os *especulam* com queda, com caso e com cadência de alegoria factual e seus ornatos de alegoria verbal.

Sempre Vieira revê para antever, propõe Alcir com agudeza; por isso, para prover, Vieira prevê sempre. Esta é, com a impertinência do reducionismo dos prefácios, a circularidade da matéria e do modo tabular de tratá-la em *Teatro do Sacramento*: restituindo ao sermão de Vieira a unidade teológico-político-retórica própria das práticas do Estado ibérico absolutista em luta contra a heresia luterana, judia e maometana, o ateísmo maquiavélico e a universal Babel das gentes gentias que não ouviram o Ditado, é texto que vem providencial para inteligência e demonstração históricas de Vieira em tempos neoliberais de descarado anacronismo. Não é pouco.

Em Vieira, demonstra, a Luz aconselha obras da fé, da esperança e da caridade, porque é da visão interior do que se sabe que nasce a visão do que se pensa e, logo, do que se diz e do que se age. Como uma *poética* buscada pelo Padre à *auctoritas* de Santo Agostinho, o sermão produz as imagens de ações boas e palavras boas dispondo-as segundo a ordem da verdade eterna e necessária, que propaga com utilidade, com prazer e com persuasão. É deste modo, como quer Pécora, que se deve entender historicamente o sermão: é forma oral destinada à “leitura” de uma audição rememorante da Causa. Guiada pela prudência, que se ilumina do “verbo interior” da alma, a audição do destinatário deve pesquisar o desenho interno na proporção das suas formas decorosas. Por isso, embora à primeira vista o sermão prolifere em similitudes arbitrárias nas quais a relação de designação *nome/referente* parece ter enlouquecido, sua arbitrariedade é aparente, uma vez que suas similitudes não se autonomizam do fundamento divino ou das coisas, como é próprio da radical exterioridade moderna da linguagem. Suposta a Causa Primeira como a única Coisa, todo o mundo e toda a história são efeitos, como causas segundas, e signos, como participação análoga; logo, toda multiplicidade pressupõe o Um, assim como toda incongruência aparente é figura da Razão.

Em outras palavras, põe-se na oratória de Vieira, de modo agudizado sempre, a questão nuclear da *proportio*, que estabelece o vínculo, secreto ou explicitado, dos conceitos entre si e, generalizadamente, das coisas entendidas também como signos na ordem da natureza e da história, quando são lidas participativamente por meio da alegoria factual. Supõe-se, em todos os casos, que a adequação dos estilos às matérias evidencia as operações de um juízo eticamente proporcionado como prudência análoga da racionalidade da sua Causa. Logo, outra é a doutrina do signo e falar de “jogo de palavras”, de “ruptura”, de “excesso”, de “estética” e “futilidade” é historicamente fútil: a mesma participação faz com que o sermão de Vieira trate agostinianamente como signo a substância da expressão das línguas, pois o som delas é natural e, portanto, também um efeito da Causa. Logo, o que hoje parece cratilismo, motivação do significante, supersticiosa interpretação astrológico-cabalística de significados de sons e letras, é corrente no XVII ibérico como matematização substancialista do conceito segundo a proporção analógica da sua Coisa. Pressupõe-se então que a substância espiritual da alma participa do Verbo Eterno através da luz natural, onde encontra o fundamento dos seus conceitos como “verbo interior”. Quando se diz algo segundo a analogia, o verbo nasce da memória que conserva o saber e é essencialmente da mesma natureza do saber donde nasce. Falar e

escrever são, também em Vieira, os modos de reencontrar a presença original das coisas a partir da sua idéia eternamente co-presente no espírito, pois modelam-se pela proporção e ordem da Verdade eterna e necessária que o ilumina com sua Graça. Segundo a concepção, a relação que se pode fazer do arbitrário da convenção humana do signo com o substancial da natureza do som e do conceito na mente é matéria privilegiada da invenção poética e retórica. Como no “Sermão de Nossa Senhora do Ó”, em que a letra O e o som O não são meros signos arbitrários, definíveis em termos fonológicos de valor saussuriano como diacríticos sem significação, pois sua forma sensível pressupõe a participação na Substância que, como uma semântica, nela se encarna e difunde misteriosamente de modo sacramental, como a forma substancial da sua natureza de som e de letra participada na Graça. Som e letra revelam, em sua expressão, o desenho interno, que é a forma assumida pelo “verbo interior” na consciência iluminada da luz natural. Desta maneira, tanto o significante como o significado dos sons ou das letras também são objeto da hermenêutica do Padre. Sua representação oral e escrita é a metáfora exterior do que, na mente, é a metáfora interior, *conceito* participativo da Substância.

Como Alcir deixa muito claro sempre, o discurso de Vieira dispõe-se como relação contínua de duas grandes redes metafóricas: a das metáforas que interpretam a natureza analógica de sons e letras sensíveis e a das metáforas que interpretam a natureza analógica de significações inteligíveis reveladas proporcionalmente nelas. Nos seus efeitos aparentemente só fantásticos, porque resultantes de condensações de análogos distanciadíssimos, mas efetiva e substancialmente icásticos, porque fundados como participação, a oratória de Vieira por vezes parece exterior e arbitrária: “modernista”, principalmente porque só se vêem os efeitos, heurísticamente, sem se considerar o ponto fixo que os proporciona. Logo, é equivocada a suposição de que suas metáforas têm a autonomia estética da figuração modernista, uma vez que a unidade nelas pressuposta como Causa Primeira captura toda proliferação, toda multiplicidade, todo acúmulo e todo duplo como uma experiência combinatória e ordenada de seus efeitos. Sempre reabsorvidos na Substância em sua autonomia participativa de livre-arbítrio, subordinam-se a um projeto providencialista para o tempo, em várias ocasiões da hierarquia.

A prática oratória do jesuíta implica, assim, a idéia dos elencos das significações de conceitos e de seres sensíveis apropriados como matérias de seu comentário hermenêutico. Ao lhes desvelar a articulação tipológica, o comentário faz com que a substância divina, participante nos sons e nas letras, seja evidenciada profeticamente. Modelando o projeto sobrenatural

para o tempo, é representada segundo a convenção de um gênero retoricamente prescrito, ainda quando a ocasião é programaticamente fútil ou, como se diz a partir de Wölfflin, quando o discurso é “informal”, “desproporcional”, “excessivo”. É presente em Vieira, deste modo, a reminiscência de Babel e da língua adâmica que se falou antes de Javé ter confundido a arrogância de Nemrod na dispersão das línguas existentes. O sermão também se faz como anamnese exploratória de potencialidades combinatórias dos conceitos. Na análise de seus “fantasmas”, realiza-se a ascese que purifica sua ocorrência terrena e faz lembrar o tempo antes da Torre. Alcir Pécora também demonstra, assim, que os sermões de Vieira são discursos autorizados. Como autoridades que reciclam autoridades que comentaram a Autoridade, neles a Palavra se apresenta na forma de uma de suas espécies espirituais representadas; e ainda que por vezes apareça nas mais remotas, aparentemente insondáveis e incongruentes espécies de seus desígnios, o sermão está a serviço da Ordem.

Ora, tudo no absolutismo católico se rege pelo arquétipo da Trindade — Potência do Pai, Amor do Filho, Sabedoria do Espírito. Como dizia Robinet para a França seiscentista, mesmo o empírico se torna racional como ficção do imaginário infinitista da Luz difusa. É o que Pécora demonstra. Na emulação do poder espiritual de Roma, a doutrina do Estado absolutista católico se constitui pela voz do Padre como Potência autoritária do Pai, que subordina a Sabedoria do Espírito em detrimento do Amor do Filho. Na propaganda jesuítica, a desigualdade é natural e confirmada na exigência do autocontrole das paixões, que se integra à concórdia e à paz do bem comum. Quando o sermão encena a História como conflito de arquétipos, a racionalidade figural do conceito engenhoso é reflexão sobre a natureza do poder fundamentado na auto-reflexão em que o Ser pensa-se a Si mesmo. Como análise do ato divino imanente em cada caso do poder, os sermões substancializam o artifício do Estado monárquico e suas ordens. No jogo ilimitado das trocas participativas de sua analogia, fazem predominar a razão combinatória da Ordem em todo evento passado, presente e futuro do Império, naturalizando o poder transmitido em cada caso pelo ato transcendente. Assim, ama-se a Vieira? Não é amável a máquina do poder. Admira-se. Admira-se? Só é um lugar maravilhoso porque é lugar do monstro.

Perfeito é o encadeamento das razões de Alcir Pécora, que o provam: Vieira, jesuíta, é *vontade* obediente, *perinde ac cadaver*, dobrada à destinação pragmática da Companhia no teatro universal da *propaganda fidei*. Vieira, teólogo, é *inteligência* analógica, que, pela *eruditio* e *divinatio* humanistas, rastreia as influências, as simpatias, as emulações, as antipatias,

os semelhantes, os contrários, os dissimilares, as conveniências recíprocas de tempos e acidentes díspares e disparatados, alegando sempre a Luz, ainda quando a não alega. Vieira, político, é *ação* enérgica, que, ao intervir contra a tirania de Espanha nos interesses da Restauração, nos casamentos com França e Sabóia nas questões de linhagens, na Cúria de Roma nos negócios inquisitoriais, nos assuntos da sua Ordem, na corte de Cristina da Suécia, nas negociações holandesas de Pernambuco, nos ódios escravistas do Maranhão, nas carnes traficadas de África, nos fogos do Rossio, no ócio dominante dos mais nobres e na pobreza ressentida dos mais pobres, na murmuração sediciosa dos mais fracos e na arrogância rapinante dos mais fortes, arrebanha profeticamente as ordens desordenadas do corpo político. Divide-as, ovelhas que deseja dóceis segundo a hierarquia do Ditado, para uni-las, e só as une para manter a divisão do bem comum do rebanho postulado natural pelos negócios salvíficos do Céu, pastoreados pelo espírito mercantil do Império. Vieira, pregador, é *engenho*, que fantasia os casos ciceronianos da sua prudência com agudeza natural de perspicácia dialética e versatilidade retórica, discretíssimas depois de tamanho estalo...

Propondo o jesuíta Vieira como vontade, o teólogo Vieira como inteligência, o político Vieira como ação, o pregador Vieira como engenho, o livro de Pécora demonstra magnificamente que nada em Vieira é dividido e solto, ainda que muito se solte e se divida quando Vieira levanta o conceito predicável com que captura, verossímeis, os conceitos dos discursos das instituições contemporâneas ou da murmuração informal; que nada nele é ocasional, ainda que tudo para ele seja ocasião; que nada nele é heterodoxo, ainda que tudo nele seja audácia hermenêutica confinando com a heresia. E o que desata, Alcir logo o ata, para concluir que Vieira é jesuíta como ação, como inteligência e como engenho, pois, assim, como é pregador como vontade, como inteligência e como ação, também é teólogo como engenho, como ação e como vontade. Podem-se certamente propor outras combinatórias, que em todas se terá, irreduzível, a unidade terrível de *vontade-inteligência-ação-engenho*, que faz dos sermões um lugar monstruoso, muito admirável de ler e muito incômodo de viver, porque lugar da Ordem, um lugar que só se define durante o movimento incessante em que se tramam para a submissão do súdito os desempenhos empenhados da política, as brutalidades finas da discipulação, as argúcias ajuizadas da doutrina e o decoro engenhoso da pregação.

Por isso, outro ponto alto deste livro que faz maravilha é a crítica da crítica, que costuma isolar um Vieira anacrônico, à sua imagem e semelhança — o estético, o político, o religioso, o herético, o sionista, o trágico, o